



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008509-58.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Organização Político-administrativa / Administração Pública**
 Requerente: **Elaine Cristina Vieira**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Trata-se de ação em que Elaine Cristina Vieira pede a condenação da São Paulo Previdência - SPPREV na obrigação de conceder em seu favor o benefício da pensão por morte em razão do falecimento de Claudinei Aparecido Faria, alegando a autora que convivia em união estável com o falecido.

O réu contestou alegando que não foi produzida prova, administrativamente, da existência da união estável, assim como que o termo inicial de pagamento, em caso de procedência, deve ser a data da propositura da ação.

A autora ofereceu réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, porquanto a prova documental é suficiente para a resolução da controvérsia.

A autora comprovou a existência da união estável.

A autora é separada judicialmente desde 06.2001, conforme pág. 11.

1008509-58.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O de cujus Claudinei Aparecido Faria faleceu em 19.04.2015, constando de sua certidão de óbito, pág. 13, que residia, à época, na Avenida Padre Chio (ou Avenida 01), nº 47, Jardim dos Eucaliptos, em Itirapina, SP, fato confirmado pela conta de água e esgoto de pág. 25.

Ora, esse é precisamente o endereço indicado como sendo da autora em diversos documentos que instruíram a inicial, págs. 26/32.

Acrescente-se que a declaração de quitação de débitos emitida pela SKY em favor do falecido foi encaminhada ao e-mail da autora (lainecriis.vieira@gmail.com) conforme pág. 33.

Não bastasse, a autora também comprovou a emissão de bilhetes de viagens para o casal, págs. 34/35, assim como trouxe aos autos conversas por e-mail com o de cujus e mesmo com terceiro (apresentando-se como "mulher" do falecido, pág. 36) que revelam a existência da união, págs. 36/37.

Até mesmo um convite de casamento de terceiros foi encaminhado para a autora e o falecido, como casal, como pertencentes à mesma família, pág. 38.

Há ainda fotografias do casal, págs. 39/40.

Por fim, a autora juntou extratos que indicam TEDs diversos feitas do falecido para conta de titularidade da autora, até 2015, conforme págs. 41/77.

Sob tal panorama probatório, e não havendo elemento algum apontando para conclusão distinta, está comprovada a união estável, configurada na convivência pública, contínua e duradoura, com natureza familiar (art. 1.723, CC), de modo convincente.

Não há a necessidade de preenchimento dos requisitos formais estabelecidos pelo art. 20 do Decreto Estadual nº 52.859/08, mencionado em contestação.

Em consequência, deve ser acolhido o pedido de concessão da pensão por morte em favor da autora, com o pagamento dos atrasados.

O termo inicial de exigibilidade é o requerimento administrativo, nos termos do art. 148, § 3º da Lei Complementar Estadual nº 180/1978.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, julgo procedente a ação e (a) condeno o réu a implementar, em favor da autora, o benefício da pensão por morte, de acordo com a legislação de regência; (b) condeno o réu a pagar as parcelas vencidas desde o requerimento administrativo em 25.08.2016 até a data da efetiva implementação do benefício nos termos do item "a" anterior, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - MODULADA, desde cada vencimento, e juros moratórios na forma da Lei nº 11.960/09, desde (1) a citação, em relação às parcelas vencidas até a citação (2) o vencimento, em relação às parcelas vencidas após a citação.

Condeno o réu, ainda, em honorários advocatícios, arbitrados em 10% sobre a somatória das parcelas vencidas até a prolação da presente sentença.

Nos termos do art. 300, antecipo a tutela em sentença para determinar ao réu que comprove em juízo, no prazo de 01 mês, a implementação do benefício, independentemente da interposição de qualquer recurso, que não terá efeito suspensivo no ponto.

P.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**